

Eólica Serra das Vacas VII S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas VII S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas VII S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentadas para fins de comparação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 31 de março de 2017, o qual não conteve nenhuma modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.519	3	Fornecedores	9	812	382
Títulos e valores mobiliários	5	359	-	Empréstimos e financiamentos	10	955	-
Contas a receber	6	10.565	-	Dividendos a pagar		3.110	-
Impostos e contribuições a recuperar		13	-	Obrigações tributárias		1.164	16
Outros ativos		64	57	Outros passivos	12	2.220	-
Total dos ativos circulante		<u>15.520</u>	<u>60</u>	Ações preferenciais resgatáveis	11	24.000	-
				Total do passivo circulantes		<u>32.261</u>	<u>398</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Imobilizado	7	148.964	31.380	Empréstimos e financiamentos	10	74.484	-
Intangível	8	73	-	Partes relacionadas	13	4.390	-
Total dos ativos não circulantes		<u>149.037</u>	<u>31.380</u>	Outros passivos	12	449	-
						<u>79.323</u>	<u>-</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	42.988	31.190
				Reserva legal		654	-
				Lucros (prejuízos) acumulados		9.331	(148)
				Total do patrimônio líquido		<u>52.973</u>	<u>31.042</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>164.557</u>	<u>31.440</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>164.557</u>	<u>31.440</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	16	16.350	-
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	17	(269)	-
LUCRO BRUTO		<u>16.081</u>	<u>-</u>
(DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(1.393)</u>	<u>(102)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		14.688	(102)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	70	-
Despesas financeiras	18	<u>(983)</u>	<u>-</u>
		<u>(913)</u>	<u>-</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.775	(102)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	19	<u>(531)</u>	<u>-</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>13.244</u>	<u>(102)</u>
Número de ações ordinárias integralizadas - em milhares		<u>42.988</u>	<u>31.190</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)		<u>0,30809</u>	<u>(0,00327)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	13.244	(102)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>13.244</u>	<u>(102)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		10.600	-	-	-	-	(46)	10.554
Aumento de capital em dinheiro		20.590	-	-	-	-	-	20.590
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(102)	(102)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	15	31.190	-	-	-	-	(148)	31.042
Aumento de capital em dinheiro		11.798	-	-	-	-	-	11.798
Acções preferenciais resgatáveis	11	254	23.746	-	-	-	-	24.000
Ajuste para adequação às normas do CPC	11	-	-	(24.000)	-	-	-	(24.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.244	13.244
Constituição de reserva legal		-	-	-	653	-	(654)	(1)
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(3.110)	(3.110)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	-	9.332	(9.332)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	15	43.242	23.746	(24.000)	653	9.332	-	52.973

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	2017	2016 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	13.244	(102)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	557	20
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamento	983	-
Varição de ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(10.565)	-
Impostos e contribuições a recuperar	(13)	-
Outros ativos	(7)	8
Fornecedores	(370)	382
Obrigações tributárias	1.148	15
Outros passivos	2.669	-
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(2.473)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>5.173</u>	<u>323</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários	(359)	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(115.097)	(20.767)
Aquisição de bens do ativo intangível	(73)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(115.529)</u>	<u>(20.767)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(146)
Integralização de capital	11.798	20.590
Ações preferencias resgatáveis	24.000	-
Capitação de empréstimos	74.684	-
Partes relacionadas	4.390	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>114.872</u>	<u>20.444</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>4.516</u>	<u>-</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	3	3
Saldo final	<u>4.519</u>	<u>3</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>4.516</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

EOLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas VII S.A., é uma “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 4º andar, sala 8, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$16.741 (R\$338 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à transação de Ações Preferenciais Resgatáveis (parte relacionada - Controladora) e ainda às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Apesar de não ter vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2030, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Portanto: (i) a Administração entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2018; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a Administração entende que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1 A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paranatama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até novembro de 2017 e em dezembro de 2017, a Companhia iniciou suas atividades comerciais.

2.2 Contrato de autorização

Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 127 de 16 de abril de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3 Comercialização de energia

A Companhia, participou do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, A Companhia assinou contrato de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

A Companhia ofertou, em 01 de dezembro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica ao contrato de energia elétrica.

2.4 Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (Real), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis mensurados pelo custo amortizado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - Ativos

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) ações preferenciais resgatáveis; e (iii) contas a receber.

3.4. Instrumentos financeiros – Passivos

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são:

(i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) debêntures; e (iv) partes relacionadas.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal de suas atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CERs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social na Companhia

Conforme facultado pela legislação tributária, A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica fonte renovável eólica.

3.15. 3.15. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados.

As novas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs), a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção desses CPCs novos e revisados, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício de 2017:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Data da adoção a partir de:</u>
Alterações à IAS 7 – Iniciativas de Divulgação	01/01/2017
Alterações à IAS 12 – Reconhecimento de impostos diferidos a ativos para perdas a realizar	01/01/2017
Melhorias anuais	01/01/2017

As novas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPCs), a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, ainda não foram adotadas nas demonstrações financeiras:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Data da adoção a partir de:</u>
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (a)	01/01/2018
IFRS 15/ CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (a)	01/01/2018
IFRS 16 CPC 06- Operação de Arrendamento Mercantil (a)	01/01/2019

(a) A adoção antecipada não é permitida pelo CPC

A Companhia avaliou as mudanças trazidas nos novos pronunciamentos e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos bancários	4.519	3

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações Financeiras (*)	359	-

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os rendimentos médios foram de 99,41% do CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecimento de energia elétrica (a)	6.365	-
Fornecimento contratual de energia CER (b)	1.400	-
Receita de energia contratual CER retida pelo CONER – não faturada (c)	<u>2.800</u>	<u>-</u>
	<u>10.565</u>	<u>-</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica liquidadas no Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no MCP – Mercado de curto prazo.

(b) Saldo referente contratos de Energia de Reserva.

- (c) Saldo retido pelo CONER, contratos de Energia de Reserva, devido ao atraso da entrada em operação comercial, com realização prevista no contrato. Conforme cláusula 7.8 do contrato CONER, quando ocorre atraso na entrada em operação, a receita contratual é faturada e será utilizada para cobrir os déficits de geração.

7. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	<u>Terreno</u>	<u>Edificações, obras civis e benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>A ratear</u>	<u>Desenvolvimento de projeto</u>	<u>Adiantamento a Fornecedores</u>	<u>Material em Deposito</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	105	1.288	9.240	-	10.633
Aquisições	439	-	-	2.707	-	17.477	-	20.623
Saldo em 31 de dezembro de 2016	439	-	-	2.812	1.288	26.717	-	31.256
Aquisições	104	15.030	114.363	13.720	-	(25.742)	665	118.140
Transferências	(543)	(15.030)	(114.363)	(16.532)	(1.288)	(975)	-	(148.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	665	665

b) Imobilizado em serviço

	<u>Terreno</u>	<u>Edificações, obras civis e benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Moveis e Utensilios</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-
Aquisições	-	-	144	-	144
Depreciações	-	-	(20)	-	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	124	-	124
Transferências	543	11.139	137.042	7	148.731
Depreciações	-	(32)	(525)	-	(557)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	543	11.107	136.641	7	148.298
Segregado em:					
Custo	543	1.139	137.186	7	148.875
Depreciação acumulada	-	(32)	(545)	-	(577)
	543	11.107	136.641	7	148.298
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29		
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54		

Total do ativo imobilizado 148.964

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

8. INTANGÍVEL

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Servidões	73	-

9. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores de materiais e serviços	812	382

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia com data final de amortização em 15 de março de 2034.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos e geração de caixa), calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

	<u>2017</u>
Principal e juros incorridos	75.439
Segregado entre:	
Circulante	955
Não circulante	<u>74.484</u>
	<u>75.439</u>

As parcelas de principal a vencer a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	<u>R\$</u>
2019	4.884
2020	4.884
2021	4.884
2022	4.884
2023	4.884
2024 – 2028	24.420
2029 – 2033	24.420
2034	<u>1.224</u>
	<u>74.484</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

As garantias dadas ao referido contrato são ações da Eólica Serra das Vacas VII S.A, cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o empréstimo em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20.

a) A movimentação do período é conforme segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberação do financiamento	74.684
Juros incorridos	586
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>75.270</u>

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

b) A movimentação das demais captações de dívida ocorridas antes da liberação do financiamento com o BNDES é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Liberações do financiamento	35.000
Juros incorridos	2.642
Amortização de juros	(2.473)
Amortização de principal	<u>(35.000)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>169</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	75.439

11. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	24.000	-

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$ 24.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 7.550.821 O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$254, e parte como reserva de capital no montante de R\$23.746. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$24.000, foi registrado como passivo circulante da Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	7.550.821	24.000	254	23.746

12. OUTROS PASSIVOS

O atraso da entrada em operação comercial das controladas da Companhia, gerou um déficit de cumprimento da obrigação contratual com o CER – contratos de Energia de Reserva.

	2017		
	Curto prazo	Longo prazo	Total da obrigação
Obrigação com o CER	2.220	449	2.669
	<u>2.220</u>	<u>449</u>	<u>2.669</u>

13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado, relativas às operações com partes relacionadas são decorrentes de transações com a Controladora.

	2017	2016
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. (*)	4.390	-

(*) Referem-se a mútuos entre a Companhia e sua sócia,

14. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social integralizado é no montante de R\$43.242 (R\$31.190 em 31 de dezembro de 2016), dividido em: (i) 42.987.600 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 7.550.821 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Ações Preferenciais Resgatáveis	Total do Capital Integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	42.988	42.988	254	43.242	50.539	100%

Em 31 de agosto de 2017, o conselho de Administração aprovou por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o aumento de capital social no montante de R\$11.797, representado por emissão de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

O aumento de capital com emissões de ações ocorridas durante o ano de 2017 foram deliberados e aprovados em Assembleia Geral do Extraordinária.

15.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

15.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

16. RECEITA LÍQUIDA

	2017	2016
Receita de Operações c/Energia Elétrica	17.053	-
(-) Deduções:		
PIS	(110)	-
COFINS	(508)	-
Taxa de fiscalização da Aneel	(85)	-
Total	(703)	-
Total de Receita Líquida	16.350	-

17. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	2017	2016
Depreciação e amortização	(557)	(20)
Despesa com pessoal	(2)	-
Serviços de terceiros	(790)	(60)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(269)	-
Material	(36)	(1)
Outros	(8)	(21)
	(1.662)	(102)

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	70	-
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(983)	-
	(983)	-
Resultado financeiro, líquido	<u>(913)</u>	<u>-</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do período nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	<u>2017</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Suprimento de Energia	16.921	16.921
Alíquota de presunção	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	1.354	2.031
Receitas financeiras	81	81
Outras receitas	<u>-</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	1.435	2.112
Alíquota	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Subtotal	(215)	(189)
Adicional de IRPJ	<u>(126)</u>	<u>-</u>
Despesas com IRPJ e CSLL	<u>(342)</u>	<u>(189)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Hierarquia de valor justo	Classificação	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVOS				
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	4.519	3
Contas a receber	Nível 2	Empréstimos e recebíveis	10.565	-

	Hierarquia de valor justo	Classificação	2017	2016
PASSIVOS				
Fornecedores	Nível 2	Outros passivos financeiros	3.032	382
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Outros passivos financeiros	75.439	-
Ações preferenciais resgatáveis	Nível 2	Outros passivos financeiros	24.000	-
Partes relacionadas	Nível 2	Outros passivos financeiros	4.390	-

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2017, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$16.741 (R\$338 em 31 de dezembro de 2016). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à transação de Ações Preferenciais Resgatáveis (parte relacionada - Controladora) e ainda às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Apesar de não ter vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2030, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Portanto: (i) a Administração entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2018; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a Administração entende que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco

g) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e sua Companhia estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 7,00%;

CDI - acumulado últimos 12 meses: 9,93%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2.017	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	75.439	TJLP + 2,46%	7.137	8.921	10.705

h) Risco de capitalização

	2017	2016
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	75.439	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações	4.878	-
Dívida líquida	70.561	-
Patrimônio líquido	52.973	-
Índice de alavancagem financeira - %	133%	-

21. COMPROMISSOS

- (a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores – O&M, no montante de aproximadamente R\$572 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.
- (b) A Companhia mantém compromisso de cumprimento dos contratos de arrendamentos no montante de aproximadamente R\$ 340 ao ano, com vencimento em 20 anos, os quais possuem reajuste anual pelo IPCA.

22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2017, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2017</u>
Dividendos a Pagar	3.110
Pagamentos a Fornecedores	800
Juros Capitalizados	2.258

23. SEGUROS

A Companhia, através de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/11/2017	19/11/2018	Controladas

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre janeiro e fevereiro de 2018, a Companhia quita os contratos de infraestrutura firmados com as Empresas ABB S/A, Dois A Engenharia e Tecnologia Ltda. e Enind Engenharia e Comercio Ltda. no montante de R\$ 800.

Em março de 2018, a Companhia recebe a segunda liberação do crédito do Financiamento Firmado junto ao BNDES no valor de R\$ 10.865 e ato contínuo foi liquidado o mútuo existente com sua sócia Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. no valor de R\$ 4.390.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2018.